

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 041, DE 28 DE MARÇO DE 2014.

Organiza o Sistema Municipal de Ensino de Eldorado do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Municipal de Ensino de Eldorado do Sul, obedecendo aos princípios constitucionais do Art. 211 da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - § 2º do Art. 8º da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo as Diretrizes para o Ensino no Município de Eldorado do Sul, em colaboração com os outros sistemas.

Art. 2º O Sistema Municipal de Ensino de Eldorado do Sul compreende:

I – as instituições do Ensino Fundamental e de Educação Infantil mantidas pelo Poder Público Municipal;

II - as instituições de Educação Infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada, tanto as de caráter lucrativo como as comunitárias, confessionais e filantrópicas;

III – a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo;

IV – o Conselho Municipal de Educação – CMEES;

V – o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS;

VI – o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE;

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo – SMEC é o órgão da administração municipal que, além das atribuições conferidas em legislação própria, possui as seguintes atribuições:

I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do Sistema Municipal de Ensino;

II – exercer a ação redistributiva em relação as suas escolas, considerando seus projetos políticos pedagógicos, seus planos de atividades e seus regimentos;

III – supervisionar os estabelecimentos de seu Sistema Municipal de Ensino;

IV – oferecer a Educação Infantil e, com prioridade o Ensino Fundamental permitido a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;

V – velar pela observância da legislação vigente e pelo cumprimento das normas expedidas pelo Conselho Municipal de Educação – CMEES, nas instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino;

VI – orientar e supervisionar as instituições privadas integrantes do Sistema Municipal de Ensino;

VII – elaborar, executar e avaliar o Plano Municipal de Ensino, a Lei das Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Municipal de Educação;

VIII – exercer outras atribuições que lhe forem conferidas.

Art. 4º O Conselho Municipal de Educação – CMEES é um órgão normativo, deliberativo, consultivo, fiscalizador, de acompanhamento e controle social, propositivo e mobilizador na área da educação do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 5º São competências do Conselho Municipal de Educação – CMEES:

I – baixar normas complementares para o Sistema Municipal de Ensino;

II – autorizar séries/anos, cursos e outros;

III – aprovar os regimentos escolares, das Escolas do Ensino Fundamental e de Educação Infantil mantidas pelo Poder Público Municipal;

IV – autorizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino;

V – analisar, cadastrar a arquivar os regimentos escolares de Educação Infantil da iniciativa privada;

VI – autorizar a desativação, ativação ou extinção de estabelecimentos de ensino;

VII – credenciar e fiscalizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino;

VIII – manifestar-se sobre assuntos de natureza educacional que lhe forem submetidas pelo Prefeito Municipal, Secretaria de Educação e pelos órgãos e/ou entidades que integram o Sistema Municipal de Ensino;

IX – propor medidas que visem à expansão, consolidação e aperfeiçoamento do Sistema Municipal de Ensino;

X – manter intercâmbio com outros Conselhos de Educação;

XI – participar da elaboração e acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação;

XII – elaborar e reformular seu Regimento Interno que será homologado pelo Executivo Municipal;

XIII – participar do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS;

XIV – exercer outras atribuições previstas em lei ou que lhe forem conferidas.

Art. 6º As Escolas da rede municipal de ensino, com os Conselhos Escolares devidamente constituídos, tanto as da Educação Infantil, como as de Ensino Fundamental, constituirão periodicamente seu projeto político pedagógico, dentro dos parâmetros da política educacional do município e de progressivos graus de autonomia, e elaboração do regimento escolar com orientação e assessoramento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e farão parte o Conselho Municipal de Educação – CMEES.

Parágrafo único. O projeto político pedagógico e o regimento escolar, além das disposições legais sobre a educação escolar e do Município, constituir-se-ão no referencial para autorização de funcionamento e avaliação da qualidade de ensino, e para fiscalização das atividades dos estabelecimentos de ensino, de competência do Conselho Municipal de Educação – CMEES e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo.

Art. 7º As escolas mantidas pela iniciativa privada, que oferecem Educação Infantil, deverão proceder ao seu credenciamento e terão seus cursos autorizados segundo diretrizes emanadas do Conselho Municipal de Educação – CMEES, sem o que não estarão aptas a obter alvará de funcionamento.

§ 1º Todos os estabelecimentos de Educação Infantil no Município de Eldorado do Sul serão fiscalizados por órgão específico da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo – SMEC, a partir das normas dos Conselhos Nacional e Municipal de Educação e do proposto no projeto político pedagógico de cada escola.

§ 2º Se forem constatadas irregularidades na oferta de Educação Infantil das escolas mantidas pela iniciativa privada, será oportunizado prazo para saná-las, findo o qual será cassado o alvará de funcionamento.

Art. 8º O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS e o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE, têm o seu funcionamento e regulamentado em legislação específica.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Eldorado do Sul, 28 de março de 2014.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI
Secretária da Administração

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos Nobres Edís, o Projeto de Lei Municipal nº 041, de 28 de março de 2014, *“Organiza o Sistema Municipal de Ensino de Eldorado do Sul e dá outras providências”*.

O presente projeto de lei tem por objetivo organizar o sistema de ensino neste Município para que o mesmo possa exercer a ação redistributiva e fiscalizatória em relação as escolas públicas e privadas.

A fundamentação legal para a organização do sistema de ensino ora proposta encontra respaldo no Art. 211 da Constituição Federal, na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e no § 2º do Art. 8º da Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Sendo assim e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edís, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal